

O Governo Juscelino Kubitschek e a Educação (1956-1961)

Francisca Leidiana de Souza ¹ 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, IFRN

Olivia Moraes de Medeiros Neta ² 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

Resumo: A pesquisa tem como objetivo central analisar as metas do plano do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) para a educação. Trata-se de uma pesquisa histórica a partir da contribuição de Rüsen (2015). O corpus documental é composto por mensagens presidenciais; as entrevistas concedidas pelo Presidente JK para a Fundação Getúlio Vargas e registros em jornais. Constatou-se que embora o setor educacional tenha sido uma das cinco áreas do setor de investimento do Plano de Governo JK, a educação sempre esteve no limbo, ao considerar que recebeu 3,4% de investimento para esta área. A gestão do governo JK considerou como prioridade o processo de industrialização e o crescimento do país de forma acelerada partindo do ideário dos “50 anos em 5”, slogan do seu governo, e a educação foi então um meio para que tal meta fosse alcançada. O processo de formação educacional, desse modo, esteve totalmente atrelado ao viés econômico.


Palavras-chave: Governo JK; História; Educação Industrial.


The Juscelino Kubitschek Government and Education (1956-1961)

Abstract: The research has as central objective to analyze the goals of the Juscelino Kubitschek Government plan (1956-1961) for education. It is a historical research based on Rüsen's contribution (2015). The documentary corpus is composed of presidential messages; the interviews granted by President JK to the Getúlio Vargas Foundation and records in newspapers. It was found that although the education sector was one of the five areas of the investment sector of the JK Government Plan, education was always in limbo, when considering that it received 3.4% of investment for this area. The management of the JK government considered as a priority the industrialisation process and the accelerated growth of the country based on the idea of "50 years in 5", the slogan of his government, and education was then a means for this goal to be achieved. The educational training process, therefore, was totally linked to the economic bias.

Keywords: JK government. History. Industrial Education.

El Gobierno y la Educación de Juscelino Kubitschek (1956-1961)

¹ Doutoranda em Educação Profissional no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8037-6539>, e-mail: leidy_uernitour@hotmail.com

² Doutora em Educação, Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>, e-mail: olivia.neta@ufrn.br

Resumen: El objetivo principal de la investigación es analizar las metas del plan del Gobierno de Juscelino Kubitschek (1956-1961) para la educación. Esta es una investigación histórica basada en el aporte de Riisen (2015). El corpus documental está compuesto por mensajes presidenciales; las entrevistas concedidas por el presidente JK a la Fundação Getúlio Vargas y registros en periódicos. Se encontró que si bien el sector educativo ha sido una de las cinco áreas del sector de inversión del Plan de Gobierno JK, la educación siempre ha estado en el limbo, considerando que recibió el 3,4% de inversión para esta área. La gestión del gobierno de JK consideró como prioridad el proceso de industrialización y el crecimiento acelerado del país, basándose en la ideología de “50 años en 5”, lema de su gobierno, y la educación fue entonces un medio para lograr este objetivo. El proceso de formación educativa, por tanto, estuvo totalmente ligado al sesgo económico.

Palabras-clave: Gobierno JK; Historia; Educación Industrial.

1 INTRODUÇÃO

Eleito presidente do Brasil nas eleições de 1955, Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrata (PSD), ao lado do vice, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), venceu a eleição contra Juarez Távora da União Democrática Nacional (UDN) e Ademar de Barros do Partido Social Progressista (PSP). O presidente governou o país durante cinco anos, os quais ficaram conhecidos popularmente como os “anos dourados”.

O Brasil encontrava-se na fase da República Populista, marcada por intensas tensões políticas e pela política desenvolvimentista. Desta feita, Juscelino, adotou como estratégia de divulgação, no período de campanha eleitoral, o slogan “50 anos em 5”, a expressão fazia referência ao crescimento econômico pretendido para o país, estratégia essa que fora encucada no pensamento do eleitorado, culminando na sua vitória à presidência da República.

As estratégias desenvolvidas pelo Governante se deram por meio do Plano de Metas, que era a sua política econômica, sendo desenvolvidas em cinco áreas: indústria, energia, transporte, alimentação e educação. Destas áreas, 3% do seu investimento foi destinado aos setores de alimentação e educação. Partindo da reflexão de que os últimos setores, e, especificamente, o setor da educação, recebeu um investimento pífio, nesta pesquisa, conjectura-se: Que marcas históricas o Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) deixou para o setor educacional?

Para tanto, objetivou-se, neste artigo, analisar como foram articuladas as metas do plano do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) para a educação. Com esse intuito, considerou-se a necessidade de historicizar as alianças políticas que se configuraram no

período anterior ao seu mandato enquanto presidente da República; compreender como se deram as estratégias para a articulação do Plano de Metas; e por fim, problematizar as ações desenvolvidas para o setor da educação.

Trata-se de uma pesquisa histórica, amparada nas contribuições de Rüsen (2015) que compreende o método histórico como, o fazer do pesquisador, partindo da interconexão entre a fundamentação metodológica e a teórica extraíndo o que é essencial entre todos os métodos de pesquisa. Este estudo é fruto da necessidade de analisar como o setor educacional foi vislumbrado pelo Governo JK, devido este Governo, está dentro do recorte temporal - 1946 a 1962 - de uma pesquisa maior - a tese de doutorado - da autora desta pesquisa.

O artigo está dividido em três discussões. A primeira, trata-se das alianças políticas estabelecidas à época anterior ao Governo JK (1956-1961). A segunda, discute o Plano de Metas do Governo. E a terceira, sistematiza as propostas do Governo JK para a Educação.

2 O PRESIDENTE JK E AS ALIANÇAS POLÍTICAS

Juscelino Kubitschek de Oliveira, nasceu em 1902, em Diamantina/MG, filho de pai caixeiro-viajante e mãe professora, casou-se com Sara Gomes de Lemos. Juscelino atuou como telegrafista auxiliar, médico, deputado federal, prefeito, senador, governador, presidente da República, e senador pela segunda vez. Viveu um período fora do Brasil, após ter tido o seu mandato cassado. Em 1976, Juscelino morreu vítima de um acidente no Rio de Janeiro (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019).

Em 1934, JK, filiou-se ao Partido Progressista, concorreu ao cargo de deputado federal e venceu a disputa como candidato, até então, mais votado por Minas Gerais. Como deputado federal, Juscelino organizou frente de apoio à candidatura dos vereadores do Partido Progressista, e, para tanto, tomou como estratégia política, a aproximação com o povo, foi assim que, por meio de visitas populares aos eleitores, conseguiu eleger dentre os 15 candidatos, 11 do seu partido, conforme apresenta a Fundação Getúlio Vargas (2019).

Juscelino apresentou durante a sua trajetória, uma relação com a política de Getúlio Vargas, e este, sempre mantinha apoio aos projetos e sugestões de JK. Em 1951, quando

Vargas toma posse da Presidência da República, Juscelino assume o cargo de Governador de Minas. Em seguida, em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, as movimentações para as próximas eleições à presidência foram iniciadas e Juscelino torna público o interesse em pleitear o cargo à presidência da República.

Em meados de 1947, quando Juscelino estava no cargo de Senador, as visitas a outros países foi o que o despertou para a necessidade de adotar o processo de industrialização como meta para o desenvolvimento econômico do país. Em uma de suas viagens aos Estados Unidos e ao Canadá, “[...] teria exercido grande influência em suas concepções político-administrativas, por convencê-lo de que o Brasil só atingiria um pleno desenvolvimento através de uma industrialização intensa e diversificada” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2019).

Para desenvolver o projeto de industrialização para o Brasil, Juscelino adotou como estratégia política o Plano de Metas, o qual se articulou por cinco pontos estratégicos e foi meticulosamente pensado para atingir todos os pontos estabelecidos. A discussão e análise do Plano de Metas será a pauta do próximo tópico.

3 O PLANO DE METAS

A política do Governo JK foi pautada no Plano de Metas. Este, se configurou em um plano de ação estratégica para guiar o planejamento econômico do país. O programa estabelecia 30 metas divididas em cinco setores: energia, indústria, transporte, alimentação e educação, e o objetivo centrava-se na tentativa de atingir tais metas até o final de 1960.

Por se tratar de um documento que serviria de base para o desenvolvimento econômico do país, as decisões para a configuração do Plano de Metas não se deram de forma aleatória e despreziosa, havia posicionamentos ideológicos envoltos das propostas que dali se configuraram nas estratégias (FARO; SILVA, 2002).

Os autores Faro e Silva (2002, p. 80), sobre as ideias e posicionamentos convergidas no plano explicam:

De um lado, como ferrenhos opositores, tínhamos os adeptos da postura liberal, cujos expoentes eram Eugênio Gudín e Octavio Gouvêa de Bulhões. De outro, como proponentes, tínhamos Roberto Simonsen, que exerceu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e Euvaldo Lódi, que presidiu a Confederação Nacional da Indústria. Para estes últimos era imprescindível a coordenação estatal das decisões econômicas. Palcos desses debates foram o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, criado em dezembro de 1943, onde pontificava Roberto Simonsen, e a Comissão de Planejamento Econômico, instituída em outubro de 1944, que contava com a presença marcante de Eugênio Gudín.

O esforço para a implementação de ideias e execução das metas contava também com parcerias internacionais e mistas. Dentre estas, a Comissão Brasileiro-americana de Ensino Industrial, a CBAI, exerceu considerável contribuição. A Comissão foi a responsável pela “[...] elaboração do conceito de pontos de estrangulamento como elemento para a identificação de áreas prioritárias de desenvolvimento” (FARO; SILVA, 2002, p. 81).

Pode-se atribuir ao conceito de ponto de estrangulamento a identificação preliminar de dois dos mais importantes setores, dentre os cinco abrangidos pelo Programa de Metas, a saber: os setores um e dois, de energia e transporte, que representavam, respectivamente, 43,4% e 29,6% do total de investimento inicialmente planejado. Ao conceito de ponto de estrangulamento também se devem creditar as razões para investimentos específicos em: 1) ferrovias (construção e reaparelhamento - metas 6 e 7); 2) rodovias (pavimentação e construção - metas 8 e 9); e 3) serviços portuários e dragagens (meta 10), no setor de transporte e energia elétrica (meta 1), no setor de energia (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

O investimento destinado a cada área estabelecida pelo Plano de Metas se deu a partir dos cinco setores mencionados anteriormente, os quais, em dados percentuais, foram destinados 43,4% para o primeiro setor de energia; 29,6% do investimento para o segundo setor o de transporte; para o terceiro setor, o de alimentação 3,2%; o quarto, o de indústria de base, 20,4%; e o quinto, que compreendia o setor de educação, apenas 3,4% destinado à formação de pessoal técnico (FARO; SILVA, 2002).

O Plano de Metas foi assim detalhado a partir das 30 metas, a saber:

ENERGIA

1. Elevação da potência instalada de 3.000.000 de kW para 5.000.000 de kW até 1960 e ataque de obras que possibilitarão o aumento para 8.000.000 de kW em 1965.

2. Instalação de uma central atômica pioneira, de 10.000 kW e expansão da metalurgia dos minerais atômicos.
3. Aumento da produção anual de carvão de 2.000.000 em 1955 para 3.000.000 toneladas em 1960, com ampliação da utilização in loco para fins termelétricos dos rejeitos e tipos inferiores.
4. Aumento da produção de petróleo de 6.800 barris em fins de 1955 para 100.000 barris de média de produção diária em fins de 1960.
5. Aumento da capacidade de refinação de 130.000 barris diários em 1955 para 330.000 barris diários em fins de 1960.

TRANSPORTES

6. Reparcelhamento das ferrovias, com aquisição de 11.000 vagões, 900 carros de passageiros, 420 locomotivas modernas e 850.000 toneladas de trilhos novos.
7. Construção de 2.100 km de novas ferrovias e 280 km de variantes, assim como alargamento de 320 km para bitola de 1,60 m.
8. Pavimentação asfáltica de 5.000 km de rodovias, aumentando assim para 5.920 km, em 1960, a rede asfaltada federal, que era de 900 km em 1956.
9. Construção de 12.000 km de novas rodovias de primeira classe, aumentando para 22.000 km, em 1960, a rede federal, que era de 10.000 km em 1956.
10. Reparcelhamento e ampliação de portos e aquisição de uma frota de dragagem, com o investimento de 30.000.000 de dólares.
11. Ampliação da frota de cabotagem e longo curso, que era de 800.000 toneladas em 1956, para 1.100.000 toneladas, e aumento da frota de petroleiros, de 205.000 toneladas, para 585.000 toneladas em 1960.
12. Renovação da frota aérea comercial com financiamento de 125.000.000 de dólares, dos quais 54.000.000 destinados a aparelhos comerciais a jato, e construção e reparcelhamento de aeroportos e estações de passageiros.

ALIMENTAÇÃO

13. Aumento da produção de trigo de 600.000 para 1.200.000 toneladas.
14. Construção de armazéns e silos para uma capacidade estática de 742.000 toneladas.
15. Construção e aparelhamento de armazéns: frigoríficos novos para uma capacidade estática de 45.000 toneladas.
16. Construção de matadouros industriais com capacidade de abate diário de 3.550 bovinos e 1.300 suínos.
17. Aumento do número de tratores em uso na agricultura de 45.000 para 72.000 unidades.
18. Aumento da produção de adubos químicos de 18.000 toneladas para 300.000 toneladas de conteúdo de nitrogênio e anidrido fosfórico.

INDÚSTRIA DE BASE

19. Aumento da capacidade de produção de aço em lingotes de 1.000.000 para 2.000.000 toneladas por ano em 1960, e para 3.500.000 toneladas em 1965.
20. Aumento da capacidade de produção de alumínio de 2.600 para 18.800 toneladas em 1960 e 52.000 toneladas em 1962.
21. Expansão da produção e refino de metais não ferrosos (cobre, chumbo, estanho, níquel, etc.).
22. Aumento da capacidade de produção de cimento de 2.700.000 para 5.000.000 toneladas anuais em 1960.
23. Aumento da capacidade de produção de álcalis de 20.000 para 152.000 toneladas em 1960.
24. Aumento da produção de celulose de 90.000 para 260.000 toneladas, de papéis de imprensa de 40.000 para 130.000 toneladas, e de outros papéis de 340.000 para 410.000 toneladas em 1966.

25. Aumento da produção de borracha de 23.000 para 50.000 toneladas, com o início da fabricação da borracha sintética.
26. Aumento da exportação de minério de ferro de 2.500.000 para 8.000.000 de toneladas e preparação para exportação de 20.000.000 de toneladas no próximo quinquênio.
27. Implantação da indústria automobilística para produzir 170.000 veículos nacionalizados em 1960.
28. Implantação da indústria de construção naval.
29. Implantação e expansão da indústria de material elétrico e de mecânica pesada.
30. Intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da Educação para o Desenvolvimento, com a instalação de institutos de formação especializada (BRASIL, 1959, p. 9-12, grifo nosso).

Como resultado, Faro e Silva (2002), dialogam e afirmam o visível crescimento do país no quinquênio 1956-1961, o qual se deu, em termos percentuais em 8,27%, superando assim o crescimento no quinquênio imediatamente anterior (1952-56 – 6%) e imediatamente posterior (1962-66 – 3,5%). Considerando o investimento destinado ao setor educacional - 3,4% - é notório que a preocupação do Presidente Juscelino sempre esteve voltada ao crescimento industrial, e mesmo quando destinou atenção ao quinto setor, a mesma objetivava, por meio do ensino, o crescimento industrial.

O Programa de Metas do Governo JK foi um meio eficaz para a divulgação, planejamento e execução das estratégias de crescimento econômico do país. No que diz respeito à educação, embora não tenha sido quantificada, a meta 30 foi atendida, tendo em vista que houve o crescimento do número de matrículas e a criação de um setor específico destinado ao setor educacional criado, em junho de 1959, o Grupo Executivo do Ensino e Aperfeiçoamento Técnico.

A década de 1950 e o programa de metas demarcavam exatamente o governo dele, mas muitas delas se estendiam para os demais governos, pois havia sim a necessidade de técnicos para o processo de desenvolvimento industrial do país. Tratando especificamente do quinto setor, o tópico seguinte irá sistematizar as ações desenvolvidas pelo Governo para a articulação das propostas.

4 E A EDUCAÇÃO, JK?

Pensar nos “anos dourados” e nos reflexos desse período para o setor educacional é um tema “caro” para os historiadores e pesquisadores da educação, sobretudo os da

educação profissional, tendo em vista que se trata de um governo que, dentro da conjuntura à época, foi o mais estável, porém um modelo de gestão que não representou e nem atendeu aos princípios da educação.

Qual seria então a cor dos anos dourados do Governo JK? Gomes (2002) inquieta-nos a esta reflexão. Trata-se de uma construção histórica que se configura como um mito a qual a autora rememora e alude tais ponderações às marcas deixadas na educação. Os anos 50 foram um lapso para a educação brasileira. Assim como a própria organização social, a educação brasileira passava por um processo de reestruturação das suas bases, de reeleitura e reorganização educacional.

A construção da figura que envolvia a imagem do Presidente, conforme analisa Gomes (2002), se deu por meio do próprio investimento de JK sobre o seu perfil político e pessoal, o qual sempre era enfatizado nas oportunidades que ocorreram ao político por meio de entrevistas concedidas à Fundação Getúlio Vargas. A simbologia dada aos “anos dourados” como referência ao período do governo JK, fazia alusão ao seu local de origem - Minas Gerais e suas cidades do ouro -, assim como o ideário de luta e resistência, herdado do seu conterrâneo Tiradentes.

O Presidente, construiu a figura de um representante político humilde, de origens simples, menino pobre e órfão de pai, que utilizou tais necessidades e as transformou em forças e que, por meio dos estudos, esforços e apoio familiar, conseguiu superar tais dificuldades. A narrativa do político estava sempre envolta a tais aspectos, os quais sempre se reportavam aos seus antecedentes e conterrâneos (GOMES, 2002). JK foi então um símbolo de representatividade à época e, por tal popularidade, esteve em alguns momentos participando de entrevistas sobre questões que envolviam a sua atuação enquanto político, as quais dão suporte para o entendimento de vários aspectos objetos de análise neste estudo.

Conforme discutido no tópico anterior, o Plano de Metas foi pautado em cinco áreas, dentre elas, o setor educacional recebeu investimento governamental de apenas 3,4%. Partindo de tal dado, é notório que esse campo ficaria no limbo, ou seja, não estava dentre as maiores preocupações e prioridades do governo em questão.

No seu primeiro ano de mandato, quando perguntado acerca da educação, o Presidente assim proferiu:

A exigência popular por educação tem crescido - pode-se dizer - em progressão geométrica, obrigando, por isso, a **improvisação** de soluções ou de organização; daí a possibilidade de se perceberem certos aspectos da situação educacional, tão evidentes, aliás, que ressaltam à mais superficial análise e determinam medidas imediatas, para **remediar** os males mais agudos do ensino no Brasil. Só, no entanto, uma reforma ampla, de base, cientificamente estruturada, poderá mudar definitivamente os rumos da educação, ainda dissociada de nossa realidade (BRASIL, 1956, p. 199, grifo nosso).

O presidente apontava para a necessidade de uma reforma na educação como solução viável ao cenário que o mesmo encontrará o País, porém, pelo próprio “tom” proferido, quando o mesmo considera o uso de termos como “improvisação” e “para remediar”, nota-se que o grau de preocupação com esse setor não era tratado na mesma proporção do problema apresentado. Não bastava, de imediato, improvisar para remediar, mas sim criar condições para a tentativa de solucionar os inconvenientes. Outro ponto que merece destaque é o fato do presidente entender a necessidade de uma reforma estrutural e ainda assim, considerar que a cientificidade era um aspecto fora da realidade do país, ou seja, havia o entendimento sobre o cerne do problema, mas optar pelo improvisado seria o mais “adequado” para aquele governo, naquela situação.

Sendo assim, quando consultado sobre a necessidade de uma reforma no ensino industrial, JK detalha:

Tal reorganização tem como objetivo principal colocar a rede de escolas industriais e técnicas em condições de bem **preparar** seus alunos para **trabalhos na indústria**, nas **empresas de transporte, de energia, de construção de estradas, de portos** e de outras obras de **interesse para produção** e circulação de riquezas; prevê ainda, o projeto a realização de **cursos intensivos e de pequena duração para operários**, além de substanciar uma organização escolar descentralizada, flexível, **ajustável à realidade do mercado** de mão-de-obra e do grau de desenvolvimento fabril de cada região; d) elaboração de material didático e de instrução profissional, mediante a publicação de obras para o professor e para o aluno, livros de psicologia e metodologia, séries didáticas para as oficinas, etc; e) orientação profissional e educacional, para o necessário ajustamento da juventude às exigências da produtividade e bem estar social; f) assistência direta à indústria por meio de treinamento e aperfeiçoamento de seus operários e pessoal qualificado, com o propósito de introduzir métodos de trabalho mais eficientes e corretos, no referente à supervisão de serviços, seleção para emprego, relações humanas no trabalho, etc. (BRASIL, 1956, p. 205, grifo nosso).

Eram explícitos a necessidade e o interesse em formar mão de obra capacitada para atender às demandas de mercado. Mesmo se tratando de um contexto de industrialização e da necessidade de pessoas capacitadas para desenvolver as técnicas de trabalho, ajustar o setor educacional à realidade do mercado, caminha na contramão de uma formação complexa, humana, baseada no entendimento do sujeito educando como um ser completo, conforme defende Ciavatta (2012).

Ainda sobre a fala do presidente, quando compreende e afirma a necessidade de uma reforma de ensino industrial que tenha como objetivo central preparar alunos para atuar nos setores de demanda, e ainda, entendendo a formulação de cursos “intensivos e rápidos” como essencial para a formação dos filhos da classe trabalhadora, remete-nos à lógica da inclusão excludente (KUENZER, 2002).

A autora explica:

[...] a **inclusão excludente**, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2002, p. 14-15, grifo do original).

Esta lógica de organização do modelo educacional, se refere a empregabilidade como único fim educacional. Essa é uma estratégia política que, por meio do ideário da empregabilidade - sendo a falta da empregabilidade um problema social característico do Brasil -, daria um retorno financeiro, imediato à classe menos favorecida, atendia às necessidades da demanda por mão de obra capacitada, à lógica capitalista e daria prestígio ao Governo, na medida em que tal reforma estaria “atendendo” aos anseios vigentes. Porém os problemas vigentes percorrem e desencadeiam outros, pois a empregabilidade imediata além de descaracterizar o real sentido da educação - formar pessoas reflexivas e atuantes socialmente - inclui no mercado de trabalho, para em seguida excluir, na medida em que as funções se diluem a partir de novas necessidades.

Ao tratar sobre a realidade do ensino industrial é notória a preocupação com os dados sobre a mão de obra capacitada:

Há no Brasil 1.600,000 operários, dos quais 80% são meramente braçais e os 20% restantes necessitam de preparação altamente qualificada. Nossas escolas industriais estão mal equipadas e funcionam algumas em prédios adaptados, impróprios e velhos; as novas construções estão paralisadas ou prosseguem muito lentamente, por falta de recursos orçamentários suficientes. Uma delas, a de Belo Horizonte, iniciada em 1942 - há, portanto, 14 anos - está ainda muito longe de concluir-se: a de São Paulo precisa ser ampliada e reequipada, cumprindo **salientar que 47% de nossa produção industrial provém daquele Estado**; a rede escolar, incluindo as escolas federais, as equiparadas e as reconhecidas, atende a uma matrícula de apenas 17 mil alunos; a legislação respectiva necessita de ser atualizada, em virtude da própria natureza do ensino, em mutação permanente (BRASIL, 1956, p. 204, grifo nosso).

A necessidade por equipar e estruturar os espaços educacionais também se voltavam para a produção industrial, sendo assim, o Presidente enfatizava a preocupação em melhorar as condições estruturais para que a partir disso, a formação pudesse atender de forma eficiente às demandas. Partindo da análise percentual dos dados, JK acrescenta:

Indispensável é, portanto, que se execute, desde logo, um plano de larga envergadura, no setor do Ensino Industrial, compreendendo: a) expansão da rede escolar e reequipamento das escolas existentes; **b) aperfeiçoamento de professores e administradores das Escolas de Ensino Industrial mediante cursos intensivos, e concessão de bolsas de estudos no estrangeiro**; c) aprovação do Projeto de Lei nº 501-55, que reajusta a legislação vigente e dá nova organização escolar e administrativa aos estabelecimentos de ensino industrial (BRASIL, 1956, p. 204, grifo nosso).

No que diz respeito ao item B da fala do presidente sobre a formação de professores, o Governo JK estabeleceu parcerias com os Estados Unidos da América - EUA, por meio da Comissão Brasileira-Americana de Ensino Industrial - CBAI, a qual participou desse processo tanto nos aspectos da formação de professores para atuar na educação industrial, como também por meio de investimento financeiro para fins educacionais. No que diz respeito ao investimento financeiro, JK assim proferiu:

Por intermédio da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial foram empregados 12,8 milhões de cruzeiros e 58 200 dólares, em equipamentos e obras, e ainda no treinamento de professores, beneficiando escolas técnicas de quatro Unidades da Federação. Celebram-se acordos para funcionamento de cursos artesanais em todos os Estados. Prosseguiram os esforços para o aperfeiçoamento de professores, mediante cursos ministrados por especialistas brasileiros e norte-americanos, no Centro de Pesquisas e Treinamento, instalado em colaboração com Escola de Curitiba; para o mesmo fim, foram concedidos auxílios às viagens de estudo e aos estágios nos Estados Unidos. Criou-se o Curso Técnico de nível

médio de Eletrônica, em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais. (BRASIL, 1959, p. 229).

É válido frisar que a criação da CBAI³ se deu em 1946, no Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), mas que os indícios dessa parceria entre o Brasil e os EUA já vinha sendo delineada desde o Governo Vargas (1937-1945). Tratava-se de uma comissão mista entre os Brasil e os Estados Unidos, a qual tinha por finalidade a aplicação de um Programa de cooperação educacional entre as duas nações.

Ao tratar da formação de professores a partir da contribuição da CBAI, Juscelino explicava sobre as novas instalações e sedes para a ministração dos cursos: “A sede dêesses serviços será agora a Escola Técnica de Curitiba. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, órgão técnico da Diretoria do Ensino Industrial, sediada na Capital, está-se transferindo para aquela cidade, a fim de superintender e ministrar êesses cursos” (BRASIL, 1957, p. 441).

Sobre as cidades que sediaram, no ano de criação, 1946, a CBAI “[...] teve como sede a cidade do Rio de Janeiro, e, a partir de 1958 a CBAI teve uma sub-sede no Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, criado junto à Escola Técnica Federal do Paraná, em Curitiba (MEDEIROS NETA; CIAVATTA, 2020, p. 26). Falcão e Cunha (2001, p. 161), complementam a informação e explicam que a CBAI atuou “[...] no Rio de Janeiro, no Ministério da Educação; a sub-sede em Curitiba, na Escola Técnica Federal do Paraná; e em São Paulo, a sub-sede junto à Secretaria Estadual do Trabalho, centro de irradiação do método TWI”.

O método de treinamento *Training Within Industry* (TWI) ou método de treinamento dentro da Indústria, foi uma forma de treinamento introduzido dentro das indústrias brasileiras a partir do modelo dos EUA. Consistia numa técnica de trabalho utilizada para aumentar a produtividade das empresas a partir da relação cooperativa entre supervisores e trabalhadores operários (MULLER, 2012).

³ Para maiores detalhamentos ver: Lopes Amorim, M. “As indústrias reclamam técnicos”: a introdução de métodos de trabalho racionais nas escolas técnicas e industriais como trajetória para o progresso nas publicações da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). *Educação em Foco*, v. 24, n. 44, p. 192–211, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6062>

Ao falar sobre a colaboração da CBAI para o ensino, JK menciona a utilização do método TWI: Essa assistência já foi iniciada, em colaboração com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), que adaptou, às condições nacionais, o método de supervisão conhecido por TWI (Training Whithin Industry); g) prosseguimento dos inquéritos sobre mercado de mão-de-obra e utilização dos resultados em benefício das regiões estudadas” (BRASIL, 1956, p. 205)

Existe um aspecto necessário de ser problematizado neste estudo no que diz respeito à ligação entre a política externa e interna do governo JK. Para tal, é fundamental compreender a política de JK a partir do “desenvolvimentismo”, “[...] entendendo-se por esse conceito tanto os planos de ação governamental voltados para o crescimento econômico acelerado, como as formulações que procuravam explicá-los e justificá-los” (MOURA, 2002, p. 49).

Enquanto Getúlio Vargas havia desenvolvido a política nacionalista, Juscelino adotou a política desenvolvimentista, e, para tal, o governo favorecia a entrada de capitais estrangeiros e a presença de empresas multinacionais no país. Havia assim a clara intenção do Presidente JK em manter a “amizade” com o governo americano, assim como também havia indícios por parte do presidente que demonstrava o desejo em mudar o velho modelo proposto pelos EUA (MOURA, 2002).

O ponto-chave para compreender o governo JK é exatamente o processo de avanço e recuo; o qual se configura como o seu mérito. A ideia de conciliar o avanço com o recuo, por isso, foi o governo mais estável do período da república populista. Foi nessa relação de ambiguidade que a política externa do Governo JK foi articulada (MOURA, 2002).

Ao tratar do setor educacional, é visível, a partir da própria fala do Presidente, o quão esse setor estava vinculado ao setor econômico, como uma via de contribuir para o processo acelerado de industrialização tão almejado por JK. No Plano de Metas do seu governo, o setor educacional se encontrava na Meta 30: Pessoal técnico: intensificação da formação de pessoal técnico e orientação da educação para o desenvolvimento.

Ao fazer uma análise acerca dos resultados alcançados sobre as metas do Plano de Governo JK, Faro e Silva (2002), explicam que todas as metas foram alcançadas. Ao tratarem especificamente dos resultados da Meta 30, os autores afirmam e apresentam que os dados

não foram quantificados, mas acrescentam e consideram que a meta foi alcançada, tendo em vista que houve considerável aumento de verbas destinadas ao setor, assim como também houve a criação de um grupo específico para tratar dos assuntos educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as marcas históricas do Governo JK (1956-1961) para a educação industrial. Para tanto, foi analisada, a partir dos documentos presidenciais e a própria fala do Presidente, por meio das entrevistas concedidas publicamente, como se articularam as estratégias, investimento e execução de ideias para este setor.

A política do Governo Juscelino se deu por meio do Programa de Metas, o qual foi organizado a partir de cinco áreas de interesse político para o desenvolvimento econômico do país: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Por ter recebido um investimento pífio de 3,4% em relação aos demais setores, considerou-se a necessidade entender como a educação poderia contribuir para a esperança de crescimento econômico, tendo em vista que se esperava dessa área a formação de pessoal técnico para atender às demandas vigentes à época.

As 30 metas propostas pelo Plano de Metas foram alcançadas, e, embora não tenha sido quantificada, a meta 30, destinada à formação de pessoal técnico, também foi. Mesmo assim, é forçoso problematizar que a educação não foi pensada por este governo como prioridade, o que deixa claro e evidente quando as estratégias de expansão desse setor sempre estiveram atreladas ao sentido mercadológico.

Referências

BRASIL. Juscelino Kubitschek de Oliveira. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956.** Rio de Janeiro. 1956.

BRASIL. Juscelino Kubitschek de Oliveira. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1957.** Rio de Janeiro. Library of de Department of state. 1957.

BRASIL. Juscelino Kubitschek de Oliveira. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1959**. Rio de Janeiro. Library of de Department of state. 1959.

BRASIL. **Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek**: Estado do plano de desenvolvimento econômico em 30 de junho de 1958. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1958.

BRASIL. **Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek**: Estado do plano de desenvolvimento econômico em 31 de dezembro de 1958. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

FALCÃO, Luciane Quintanilha; CUNHA, Luiz Antônio. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, n. 7, p. 149-176, 2009.

FARO, Clóvis; SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 67-106.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Juscelino Kubitschek de Oliveira** [verbete]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>. Acesso em: 25 maio 2022

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Programa de Metas** [verbete]. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpd/doc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-metas#:~:text=Pode%2Dse%20atribuir%20ao%20conceito,do%20total%20de%20investimento%20inicialmente> Acesso em: 01 jun 2022.

GOMES, Angela de Castro. Qual a cor dos anos dourados? In: Gomes, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 9-20.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, Trabalho e Educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes; CIAVATTA, Maria. **Fontes para a história da educação profissional**: boletim da CBAI [recurso eletrônico]. João Pessoa: Ideia, 2020.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: Gomes, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 39-66.

MUELLER, Rafael Rodrigues. A Relação Histórica entre Trabalho e Educação: O Caso do Training Within Industry (TWI) e a Reestruturação Produtiva. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 16, n. 1, p. 257-280, 2012.

OLIVEIRA, Jucelino Kubitschek. **Jucelino Kubitschek II (depoimento, 1976)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1979. 77p.

RÜSEN, Jörn. **A teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

Recebido em: 13 de outubro de 2022

Aceito em: 13 de outubro de 2022

Publicado online em: 13 de outubro de 2022